

Curso/Disciplina: Direito Constitucional Objetivo

Aula: Nacionalidade - 01

Professor(a): Luis Alberto

Monitor(a): Sarah Padilha Gonçalves

Aula nº. 01

1. Introdução

1.1. Conceito de Nacionalidade

NACIONALIDADE é o vínculo jurídico-político que liga o indivíduo ao Estado, fazendo dele um componente do POVO (nacionais de um país).

Gilmar Ferreira Mendes conceitua nacionalidade como vínculo político e pessoal que se estabelece entre o Estado e o indivíduo, fazendo com que este integre uma dada comunidade política, o que faz com que **o Estado distinga o nacional do estrangeiro para diversos fins**.

firma, ainda, que o conceito de nacionalidade associa-se ao ser humano. Somente por extensão pode-se cogitar de nacionalidade de pessoas jurídicas, empresas ou coisas. A Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 e a Convenção Americana de São José da Costa Rica estabelecem que **a pessoa tem direito à nacionalidade do Estado em que tiver nascido**, na falta de outra. **Busca-se, portanto, evitar a situação dos apátridas**.

1.2. Natureza jurídica

Qual a natureza jurídica da nacionalidade? É ponto de divergência doutrinária a **NATUREZA JURÍDICA** da nacionalidade. Dentre elas, pode-se destacar: a **contratual**, a de **vínculo jurídico** e a de **vínculo político**.

A corrente **CONTRATUALISTA** sustenta ser a nacionalidade um contrato entre o indivíduo e o Estado, do qual resultariam direitos e deveres para os contratantes. Esta teoria é insuficiente para explicar o fenômeno da nacionalidade, uma vez que o recém-nascido também a possui, mesmo não podendo concluir um contrato, pois este pressupõe manifestação de vontade. Entretanto, **pode-se considerá-la como sendo ao mesmo tempo um vínculo jurídico e político que une o indivíduo ao Estado**, uma vez que dá a ele direitos e deveres de um modo geral e, em especial, direitos políticos.

1.3. Nação, povo, população e cidadania

1.3.3. Nação

Apesar de nacionalidade derivar de *natio* (nação), o **conceito de nacional não é ligado a nação**, mas ao povo (conceito mais amplo).

O termo "**NAÇÃO**" designa um agrupamento humano homogêneo cujos membros, localizados em território específico, são possuidores das mesmas tradições, costumes e ideais coletivos. Vinculados (objetivamente) no aspecto histórico, cultural, econômico e linguístico, estes indivíduos partilham, também, laços invisíveis, tais como a consciência coletiva e o sentimento de comunidade.

Portanto, quando se fala em nação, presume-se um **vínculo entre as pessoas, ou de origem histórica, ou de origem cultural, ou de língua**. As pessoas têm características em comum.

1.3.4. Povo

Por outro lado, "**POVO**" é um conceito mais amplo. Trata-se de um conjunto de pessoas que fazem parte do Estado (elemento humano), unido ao Estado pelo vínculo jurídico-político da nacionalidade **O povo é a dimensão pessoal do fenômeno estatal**.

No Canadá, por exemplo, alguns são mais ligados ao povo francês, outros são mais ligados ao povo inglês. O conceito de Povo abrange os nacionais de um país.

Povo brasileiro = brasileiros natos + naturalizados.

1.3.5. População

O termo "**POPULAÇÃO**", por outro lado, representa a **totalidade de indivíduos que habitam determinado território**, ainda que ali estejam temporariamente, independentemente da nacionalidade.

Vê-se que é um **CONCEITO NUMÉRICO**, demograficamente mais amplo que o de povo, haja vista englobar não só os nacionais, mas igualmente os estrangeiros e os apátridas, isto é, envolve toda a gente que vive em uma base territorial específica.

POVO	POPULAÇÃO
Conceito político e jurídico	Conceito estatístico
Inclui apenas os nacionais	Inclui nacionais e estrangeiros
Inclui os nacionais no exterior	Inclui pessoas apenas de passagem pelo país
Brasileiros natos e naturalizados	Inclui todo mundo: brasileiros, estrangeiros, apátridas, pessoas de passagem

1.3.6. Cidadania

"**CIDADÃO**" é o nacional (nato ou naturalizado) no gozo dos direitos políticos e participante da vida do Estado.

Nacionalidade é um conceito mais amplo que o de **cidadania**. Por conseguinte, pressupõe-se que **todo cidadão brasileiro é titular da nacionalidade brasileira**, seja ela primária ou secundária.

Nacionalidade → direitos políticos → cidadania.

O **CIDADÃO** é, portanto, o nacional (brasileiro nato ou naturalizado) no gozo dos direitos políticos.

ATENÇÃO: O exercício de DIREITOS POLÍTICOS possui como pressuposto a nacionalidade, seja ela originária ou derivada.

Povo	População	Nação	Cidadania
Conjunto de pessoas (elemento humano do Estado) unidas pelo vínculo da nacionalidade.	Conjunto de habitantes de um território, podendo ser nacionais ou estrangeiros.	Agrupamento humano ligados por laços históricos, culturais, econômicos e linguísticos.	Possui como pressuposto a nacionalidade, caracterizando-se como titularidades de direitos políticos de votar e ser votado.

1.3.7. Estrangeiro

ESTRANGEIRO é o indivíduo que possui vínculo jurídico-político com Estado Nacional diverso da República Federativa do Brasil. Se mantém nesta condição jurídica por não preencher as regras estatais necessárias à obtenção da condição de nacional ou, se as preenche, porque voluntariamente opta por não adquirir referido status.

Vale evidenciar que **mesmo na condição de estrangeiro** (aquele que não é tido como nacional pelo Estado) ou **apátrida** (sujeito desprovido de nacionalidade, que não possui vínculo jurídico com algum Estado), o **indivíduo recebe proteção do Estado brasileiro, caso aqui se encontre**.

Possuirão grande parte dos direitos fundamentais consagrados na Constituição (com algumas restrições pautadas na segurança e interesse nacional) pelo simples fato de serem todos indivíduos, isto é, humanos.

1.3.8. Apatridas e polipátridas

Os **APATRIDAS**, também identificados como **heimatlos**, **são aqueles desprovidos de pátria; não detêm com nenhum Estado o vínculo jurídico-político que os converteria em nacionais**, uma vez que não se enquadram nos critérios de aquisição de nacionalidade de Estado algum.

A condição de apátrida deriva, principalmente, de um **conflito negativo de nacionalidade**, no qual não há nenhum Estado interessado em proclamar o indivíduo como seu nacional.

- **Exemplo:** Nasce uma criança nos domínios geográficos do Estado "A", que reconhece exclusivamente o sistema jus sanguinis (baseado na ascendência) como critério de concessão de nacionalidade, filha de pais nacionais do Estado "B", que adota, de modo exclusivo, o critério territorial (jus soli) - ou seja, que concede nacionalidade apenas aquele que nascer em seu território. Esta criança não adquirirá a nacionalidade dos pais, haja vista não ter nascido no território do Estado "B", do qual eles são nacionais, tampouco ganhará a nacionalidade do Estado "A", em cujo território nasceu, por não serem seus pais nacionais dali. Como conclusão, será apátrida.

O fenômeno da apatridia se origina, também, de circunstância na qual o indivíduo se naturaliza e, em razão disso, perde a nacionalidade de origem, vindo depois a ter cancelada a sua naturalização. **Como se desvinculou da nacionalidade originária para se naturalizar e, posteriormente, perdeu a nacionalidade secundária adquirida, torna-se apátrida.**

Por outro lado, "POLIPATRIDAS" são aqueles que, quando do nascimento, **se enquadram nos critérios concessivos de nacionalidade originária de MAIS DE UM ESTADO**, ocasionando um **conflito positivo** que normalmente resulta em **dupla (ou mesmo múltipla) nacionalidade**.

- **Exemplo:** imaginemos a criança que nasça no Estado "A", no qual vigora o critério territorial de obtenção de nacionalidade, sendo filha de pais nacionais do Estado "B", que reconheça o critério sanguíneo: será nacional de ambos, por se enquadrar integralmente em ambas as regras estatais de aquisição.

Cumprе ressaltar que a polipatridia pode decorrer, igualmente, do **somatório de nacionalidades primárias e secundárias** - quando, por exemplo, um indivíduo se naturaliza sem, no entanto, perder a nacionalidade originária que anteriormente possuía.

1.4. Regras gerais sobre a nacionalidade

A nacionalidade é regulamentada pelo direito interno (caráter estritamente soberano da concessão da nacionalidade). Algumas regras gerais sobre a nacionalidade:

- **Toda pessoa tem direito a uma nacionalidade** (considerado um **direito humano**). Evita-se a figura do **apátrida** (ou **HEIMATLOS**, expressão alemã que significa sem pátria ou apátrida).
- Toda pessoa deveria ter apenas uma nacionalidade. Isso evitaria os conflitos da polipatridia (repulsa histórica do DIP à polipatridia, embora ainda exista).

- Toda pessoa tem **direito a mudar** de nacionalidade, direito que está sujeito às regras estabelecidas pelos entes estatais envolvidos.
- **Ninguém será arbitrariamente privado de sua nacionalidade (art. XV da DUDH).** A pessoa pode perder sua nacionalidade, desde que a partir de regras previamente estabelecidas e compatíveis com as normas internacionais de direitos humanos e com o Estado de Direito. Ex: art. 15 da CF.
- A nacionalidade deve ser efetiva, ou seja, fundamentada em laços sociais consistentes entre o indivíduo e o Estado. Busca-se evitar que a nacionalidade seja concedida em bases meramente mercantilistas ou fictícias.
- A nacionalidade da mulher NÃO se relaciona com a do marido.
- Os filhos de **agentes de Estados estrangeiros** herdam a nacionalidade dos pais, não importa onde nasçam.
- **É proibido o banimento: o Estado não deve expulsar ou deportar o nacional de seu próprio território** (art. 5º, XLVII, d). Por outro lado, o Estado **sempre deve receber os detentores de sua nacionalidade quando venham do exterior, inclusive quando expulsos ou deportados de Estado estrangeiro** (lembrar também da figura do refugiado).

Observações:

Apesar de a concessão de nacionalidade ser em grande parte fruto da discricionariedade dos Estados, **a sua perda deve se dar em virtude de determinadas disposições legais ou mesmo constitucionais.** Um Estado não pode arbitrariamente privar o indivíduo de sua nacionalidade, nem do direito de mudar de nacionalidade.

A Convenção de Haia determina que um Estado não pode exercer sua proteção diplomática em proveito de um seu nacional contra outro Estado de que o mesmo seja também nacional. Dispõe também que, **em um terceiro Estado, o indivíduo que possua várias nacionalidades deverá ser tratado como se tivesse só uma**, podendo esse terceiro Estado reconhecer, dentre as alternativas existentes, apenas a nacionalidade do país no qual ele tenha sua residência habitual e principal ou a do país ao qual, segundo as circunstâncias, o estrangeiro pareça mais ligado, ou seja, a nacionalidade mais efetiva.

O ordenamento brasileiro não comporta nenhuma possibilidade de admissão da apatridia, embora contemple hipóteses de perda da nacionalidade brasileira (art. 15, CF), que podem levar à apatridia.

O Brasil admite a POLIPATRIDIA, mas não expressamente. É que o brasileiro perde a nacionalidade quando adquire outra, **salvo** nos casos de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira e de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em Estado estrangeiro, como condição para

permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis. Nesses casos, o sujeito terá a nacionalidade brasileira + outra nacionalidade (polipatridia).

Exemplo: Cláudio, súdito do Estado A, estabeleceu seus negócios no Estado B, onde constituiu vasto patrimônio. Anos depois, correndo risco de se ver expropriado de seus bens pelo governo do Estado B e sem poder contar, por motivos históricos adversos, com a proteção diplomática de seu Estado pátrio, Cláudio emigrou para o Estado C, onde requereu imediatamente a sua naturalização, para receber a proteção diplomática, necessária para iniciar procedimento na CIJ contra o Estado B. **Nessa situação, compete à CIJ, como pressuposto ao exame da proteção diplomática outorgada, deliberar acerca da efetividade internacional do ato de naturalização de Cláudio, embora tenha sido este realizado no âmbito da soberania nacional do Estado C.** Atenção: a assertiva traz a descrição dos fatos ocorridos no caso *nottebohm*, no qual a CIJ decidiu que, para fins de outorga de proteção diplomática, **a nacionalidade deve ser efetiva e contínua**, o que não se configurava no caso.

- Na hipótese de dupla nacionalidade, qualquer um dos Estados pode, em regra, exercer proteção diplomática em favor do indivíduo. Entretanto, NÃO É ADMITIDO O ENDOSSO NOS CASOS DE RECLAMAÇÃO FEITA PELO INDIVÍDUO CONTRA O SEU OUTRO ESTADO PATRIAL. A jurisprudência internacional reconheceu essa exceção em 1912, no **caso Canevaro**, relativo a um **binacional italiano *iure sanguinis* e peruano *iuresolis* que tem suas propriedades expropriadas pelo governo peruano e busca proteção diplomática pela Itália.**

2. Espécies de Nacionalidade

2.1. Nacionalidade originária

Também chamada de nacionalidade primária, de origem, involuntária, de 1º grau, nata. Correspondem aos **brasileiros NATOS**.

A **NACIONALIDADE ORIGINÁRIA** é aquela resultante de um fato natural, qual seja, o NASCIMENTO, podendo ser estabelecida por meio de critérios sanguíneos (nacionalidade dos pais), territoriais (local do nascimento) ou mistos (conjugação dos dois anteriores). Por decorrer do nascimento, diz-se que é um meio involuntário de aquisição de nacionalidade.

Existem dois critérios para a atribuição da nacionalidade originária: ***jus soli*** (critério territorial) e ***jus sanguinis*** (critério sanguíneo). Cada país é absolutamente livre para definir quais serão os critérios adotados em seus limites geográficos para atribuição da nacionalidade primária; sabe-se, também, que razões extremamente variáveis podem ditar a inclinação do Estado para um critério ou outro.

Notam-se, todavia, alguns alinhamentos naturais na estipulação dos requisitos, de ordem essencialmente política. Nesse sentido, Estados de formação recente, tipicamente de imigração, empregam o critério territorial, e o

intuito é óbvio: fixar/vincular os imigrantes ao solo, integrando-os ao país por meio da nacionalização de seus descendentes.

Por outro lado, países de emigração normalmente adotam critérios sanguíneos, evitando perder o vínculo com os descendentes dos seus nacionais que para outras terras se foram.

➔ **O Brasil utiliza o CRITÉRIO MISTO.** O critério territorial (*jus soli*) não depende de mais nada: é brasileiro se nasceu no território brasileiro. Já o critério sanguíneo depende de outro fator, ele sozinho não é capaz de conferir nacionalidade à pessoa.

2.2. Nacionalidade secundária

Também chamada de nacionalidade adquirida, voluntária, por aquisição, de 2ª grau, por naturalização. Referem-se aos brasileiros **NATURALIZADOS**.

A nacionalidade secundária é atribuída por **fato posterior ao nascimento**, normalmente em decorrência da manifestação de vontade do Estado em conceder sua nacionalidade e, em regra, da vontade do indivíduo em adquiri-la. Essa nacionalidade pode ser requerida tanto por **estrangeiros** quanto pelos *heimatlos* (apátridas).

O critério de aquisição da nacionalidade secundária por excelência é a **naturalização**. Na prática internacional existem outros critérios, como o casamento, o vínculo funcional e a vontade da lei (naturalização unilateral).

➔ **o Brasil não adota o casamento como critério de atribuição da nacionalidade secundária.** Entretanto, o estrangeiro casado com cônjuge brasileiro pode fazer jus à **redução do prazo mínimo de residência no Brasil** para obter a naturalização, que pode passar de 4 para apenas **1 ano** ou, no caso de cônjuges de **diplomatas**, para apenas **30 dias** de permanência no país.

A nacionalização unilateral ocorreu com a Constituição de 1891.

Os **JUÍZES FEDERAIS** são competentes para processar e julgar as causas referentes à nacionalidade. Eventuais recursos deverão ser apreciados pelos TRFs.

Essa nacionalidade secundária pode ser dividida em:

- a) **Ordinária:** **Não cria direito público subjetivo**; por mais que o naturalizando preencha os requisitos, o **ato é discricionário, a concessão da nacionalidade é ato de soberania do Estado**, dependendo de oportunidade e conveniência políticas. Esta nacionalidade pode ser adquirida por:
- todos os estrangeiros (menos os originários de países de língua portuguesa);
 - todos os originários de países de língua portuguesa (menos os portugueses);
 - portugueses;

- legais (Lei de Migração).

b) Extraordinária: Cria direito público subjetivo para o naturalizando. Se ele preencher os requisitos, terá direito à naturalização, bastando ela pedir.